

Marcus Vinicius Rios Gonçalves

Curso de
**DIREITO
PROCESSUAL
CIVIL**

TEORIA GERAL

20ª edição
2023

saraiva  jur

**saraiva**
EDUCAÇÃO**saraiva** Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100**SAC**

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Fátima Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Pentecado
Gerência editorial Thais Cassoli Reato César

Novos projetos Aline Darcy Fior de Souza
 Dalila Costa de Oliveira

Edição Jeferson Costa da Silva (coord.)
 Marisa Amaro dos Reis

Design e produção Daniele Debora de Souza (coord.)
 Laudemir Marinho dos Santos
 Camilla Feix Cianelli Chaves
 Claudirene de Moura Santos Silva
 Deborah Mattos
 Lais Soriano
 Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
 Daniela Maria Chaves Carvalho
 Emily Larissa Ferreira da Silva
 Kelli Priscila Pinto

Diagramação Rafael Cancio Padovan
Revisão Daniela Georgeto

Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Marli Rampim
 Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Gráfica Paym

OBRA COMPLETA 978-85-536-0762-4
DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/8410

G635c Gonçalves, Marcus Vinicius Rios

Curso de Direito Processual Civil – v. 1 – Teoria
 Geral / Marcus Vinicius Rios Gonçalves. – 20. ed. –
 São Paulo: SaraivaJur, 2023.

464 p.

ISBN: 978-65-5362-647-8 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito Processual Civil. I. Título.

2022-3521

CDD 341.46
 CDU 347.1**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito Processual Civil 341.46
 2. Direito Processual Civil 347.9

1231302

Data de fechamento da edição: 26-11-2022Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
 qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva
 Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
 na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 167ED CL 808037 CAE 818416

Índice

<i>Nota do autor</i>	V
----------------------------	---

Livro I NOÇÕES GERAIS

Capítulo I – INTRODUÇÃO	1
1. As regras de conduta.....	1
2. Conflitos de interesses.....	2
3. Autotutela e jurisdição	2
4. Processo civil	3
5. Direito material e processual	4
6. Instrumentalidade do processo	4
7. Denominação e natureza do Direito Processual Civil	5
8. O Direito Processual Civil e os demais ramos do Direito	6
Capítulo II – A LEI PROCESSUAL CIVIL	8
1. Norma jurídica	8
2. Normas cogentes e não cogentes.....	9
3. Norma processual.....	9
4. Fontes formais da norma processual civil.....	11
4.1. A lei federal como fonte formal do processo civil.....	12
4.2. Constituição e leis estaduais	13
5. Jurisprudência (fonte não formal)	13
6. Interpretação da lei processual civil.....	15
7. Lei processual civil no espaço	18

8. Lei processual civil no tempo	19
8.1. Vigência.....	19
8.2. A lei processual nova e os processos em curso	19
9. Integração das lacunas na lei processual civil	21
9.1. Analogia	22
9.2. Costumes	22
9.3. Princípios gerais do direito	23

Capítulo III – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO CIVIL..... 23

1. Introdução	23
2. O processo civil no Brasil.....	25

Capítulo IV – OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL 28

1. Introdução	28
2. Princípios gerais do processo civil na Constituição Federal	30
2.1. Princípio da isonomia.....	30
2.1.1. A isonomia e a ordem cronológica.....	32
2.1.1.1. Introdução – a ordem cronológica preferencial para que juízes e tribunais profiram sentenças ou acórdãos.....	32
2.1.1.2. Extensão do dispositivo.....	35
2.1.1.3. As exceções	35
2.1.1.4. Controle no cumprimento do dispositivo.....	38
2.2. Princípio do contraditório	39
2.3. Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.....	45
2.4. Princípio da imparcialidade do juiz	45
2.5. Princípio da publicidade dos atos processuais	48
2.6. Princípio do duplo grau de jurisdição	48
2.7. Princípio do devido processo legal.....	49
2.8. Princípio da duração razoável do processo	50

2.9.	Princípio da fundamentação das decisões judiciais	51
3.	Princípios infraconstitucionais	53
3.1.	Princípio dispositivo.....	53
3.2.	Princípio da persuasão racional (livre convencimento motivado).....	55
3.3.	Princípio da oralidade	56
3.4.	Princípio da boa-fé	59
3.5.	Princípio da cooperação	60

Livro II

INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

Capítulo I – INTRODUÇÃO.....	63
Capítulo II – JURISDIÇÃO.....	63
1. Introdução.....	63
2. Jurisdição, legislação e administração.....	64
3. Princípio da jurisdição	65
4. Espécies de jurisdição	65
5. Jurisdição e competência.....	66
5.1. Jurisdição internacional (jurisdição de outros Estados)....	66
5.1.1. A decisão estrangeira.....	67
5.1.2. Jurisdição do juiz brasileiro	68
5.1.3. Jurisdição concorrente	68
5.1.4. Jurisdição internacional exclusiva	69
5.1.5. Autoridade judiciária brasileira e direito material estrangeiro	70
5.1.6. Cooperação internacional.....	70
5.2. Competência interna	72
5.2.1. Noções sobre a estrutura do Poder Judiciário.....	72

5.2.2.	Conceito de foro e de juízo	73
5.2.3.	A competência de foro e de juízo	75
5.2.4.	Competência absoluta e relativa	76
5.2.5.	Princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	77
5.2.6.	Crerios para a fixação de competência	78
5.2.7.	Regras gerais para apuração de competência	79
5.2.8.	Competência da justiça federal de primeira instância....	80
5.2.9.	Competência da justiça federal de segunda instância....	83
5.2.10.	A decisão sobre a existência de interesse da União e entidades federais.....	83
5.3.	Foro competente	84
5.3.1.	Foro comum (art. 46 do CPC)	85
5.3.2.	Fors especiais	87
5.3.3.	Competência para as ações em que a União é parte	93
5.3.4.	Competência para as ações em que figuram como parte os Estados federados ou o Distrito Federal ..	93
5.4.	Competência funcional.....	94
5.5.	Competência de juízo	94
5.6.	Os Juizados Especiais Cíveis	95
6.	A modificação de competência	96
6.1.	Prorrogação	96
6.2.	Derrogação	96
6.3.	Conexão	98
6.4.	Continência	103
7.	Prevenção	104
8.	Conflito de competência	105
9.	Cooperação nacional.....	107
Capítulo III – AÇÃO		107
1.	Noções gerais.....	107
2.	Condições da ação	110

2.1.	Interesse de agir.....	111
2.2.	Legitimidade <i>ad causam</i>	112
2.2.1.	Legitimidade ordinária e extraordinária.....	112
2.2.2.	Legitimidade exclusiva ou concorrente.....	115
2.3.	Fim da possibilidade jurídica do pedido como condição autônoma da ação.....	116
3.	Elementos da ação	117
3.1.	Partes	118
3.2.	Pedido	119
3.3.	Causa de pedir.....	120

Capítulo IV – EXCEÇÃO (O DIREITO DE DEFESA) 123

Capítulo V – PROCESSO 123

1.	Noções gerais.....	123
2.	Os diversos tipos de processo	124
3.	Pressupostos processuais.....	125
3.1.	Pressupostos processuais de eficácia	128
3.2.	Pressupostos processuais de validade.....	129
3.3.	Pressupostos processuais negativos.....	133

Livro III

OS SUJEITOS DO PROCESSO

Capítulo I – DAS PARTES E SEUS PROCURADORES..... 135

1.	Das partes.....	135
2.	Curador especial.....	139
3.	O exercício da função de curador especial.....	143
4.	A integração da capacidade das pessoas casadas.....	143
5.	Suprimento judicial de consentimento.....	147

6. Regularização da capacidade processual e da representação processual	148
7. Dos deveres das partes e seus procuradores	149
8. Dos deveres das partes quanto às despesas e multas.....	156
9. Honorários advocatícios.....	157
10. Da gratuidade da justiça.....	161
11. Dos procuradores.....	164
12. Da sucessão das partes e seus procuradores	166
Capítulo II – LITISCONSÓRCIO	170
1. Introdução	170
2. Classificação do litisconsórcio	174
2.1. Litisconsórcio necessário	174
2.2. Litisconsórcio facultativo	178
2.3. Litisconsórcio unitário.....	181
2.4. Litisconsórcio simples.....	182
3. Momento de formação do litisconsórcio.....	182
4. A formação do litisconsórcio necessário	183
5. Regime do litisconsórcio	186
Capítulo III – INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	188
1. Introdução	188
2. Assistência	190
2.1. Assistência simples	191
2.2. Assistência litisconsorcial.....	195
2.3. Tipos de processo ou procedimento em que cabe a assistência.....	198
2.4. Poderes do assistente simples	199
2.5. Poderes do assistente litisconsorcial.....	203
2.6. Dos efeitos da sentença sobre o assistente simples e litisconsorcial.....	204
2.7. O procedimento de ingresso do assistente	206

3.	Denúnciação da lide.....	207
3.1.	Processos e procedimentos em que cabe a denúnciação ...	208
3.2.	Hipóteses de cabimento – o art. 125.....	209
3.3.	Legitimidade para denunciar e ser denunciado	213
3.4.	Obrigatoriedade da denúnciação	213
3.5.	Procedimento da denúnciação e a posição do denunciado ...	214
3.6.	Denúnciação da lide sucessiva	217
4.	Chamamento ao processo	218
4.1.	Processos e procedimentos em que cabe o chamamento	220
4.2.	Hipóteses de admissibilidade	221
4.3.	Procedimento	224
5.	Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	225
5.1.	Débito e responsabilidade.....	226
5.2.	A desconsideração como incidente	227
5.3.	Procedimento	228
5.4.	A decisão que resolve o incidente	230
5.5.	A desconsideração da personalidade jurídica requerida na inicial (art. 134, § 2º).....	232
6.	Do <i>amicus curiae</i>	233
6.1.	Requisitos para a intervenção	234
6.2.	Procedimento da intervenção.....	235
 Capítulo IV – A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL		236
1.	Introdução	236
2.	O Ministério Público parte	237
3.	O Ministério Público como fiscal da ordem jurídica.....	240
4.	Procedimento da intervenção ministerial.....	242
 Capítulo V – DO JUIZ		243
1.	Introdução	243
2.	Impedimento e suspeição do juiz	245
3.	Incidente de impedimento e suspeição.....	247

4. Poderes e deveres do juiz	249
5. A vedação ao <i>non liquet</i> e o julgamento.....	259
6. Da responsabilidade do juiz	260

Capítulo VI – AUXILIARES DA JUSTIÇA..... 262

1. Introdução	262
2. Dos conciliadores e dos mediadores.....	264
2.1. Centros judiciários de solução consensual de conflitos	266
2.2. Conciliação e mediação	266
2.3. Atuação do conciliador e do mediador	267
2.4. Princípios que regulam a conciliação e a mediação	268
2.5. Recrutamento dos conciliadores e dos mediadores	270
2.6. Escolha dos conciliadores e dos mediadores	272
2.7. Remuneração.....	272
2.8. Impedimentos	272
2.9. Responsabilização.....	273
2.10. Solução consensual de conflitos no âmbito administrativo... ..	273

Livro IV DOS ATOS PROCESSUAIS

Capítulo I – NATUREZA E ESPÉCIES..... 275

1. Introdução	275
2. Classificação dos atos processuais	277
2.1. Atos da parte	277
2.2. Pronunciamentos do juiz	278

Capítulo II – FORMA E REQUISITOS 281

1. A forma dos atos processuais	281
1.1. A busca pela efetividade e duração razoável do processo deu ensejo à autorização para uso de meios eletrônicos e de informatização do processo.....	282

1.2.	Flexibilização do procedimento e negociação processual ...	284
2.	Requisitos dos atos processuais	287
2.1.	Requisitos gerais quanto ao modo dos atos processuais ...	287
2.2.	Requisitos gerais quanto ao lugar.....	290
2.3.	Requisitos gerais quanto ao tempo.....	290
2.3.1.	Ocasões para a realização dos atos processuais ...	291
2.3.2.	Férias forenses	292
2.3.3.	Prazos processuais.....	293
2.3.4.	Contagem de prazo	295
2.3.5.	Suspensão e interrupção do prazo.....	301
2.4.	Preclusão	301
2.4.1.	Espécies de preclusão dos atos das partes.....	302
2.4.2.	Preclusão, prescrição, perempção e coisa julgada...	302
2.4.3.	Limites à preclusão	303
2.4.4.	Preclusão <i>pro judicato</i>	303
3.	Invalidade do ato processual	305
3.1.	Atos meramente irregulares	305
3.2.	Nulidades processuais	306
3.3.	Nulidades absolutas ou relativas	307
3.4.	A instrumentalidade das formas.....	309
3.5.	As nulidades e a interdependência dos atos processuais – o efeito expansivo das nulidades.....	310
3.6.	A regularização do processo – modos de superar os vícios...	311
3.7.	Atos processuais ineficazes	312

Capítulo III – DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS **312**

1.	Introdução	312
2.	Carta rogatória	313
3.	Carta de ordem	314
4.	Carta precatória	314
5.	Carta arbitral.....	316
6.	Requisitos gerais das cartas	316

7. Citação.....	318
7.1. Citação direta e indireta	319
7.2. Oportunidade da citação	321
7.3. Espécies de citação	322
7.3.1. Citação por meio eletrônico	323
7.3.1.1. Citação por meio eletrônico via portal próprio (Lei n. 11.419/2006)	324
7.3.1.2. Citação por meio eletrônico enviada a endereço cadastrado em banco de dados (citação eletrônica por <i>e-mail</i>).....	325
7.3.2. Citação pelo correio	327
7.3.3. Hipóteses em que não cabe a citação por meio eletrônico e por correio	327
7.3.4. Citação por mandado.....	328
7.3.4.1. Citação com hora certa	329
7.3.5. Citação pelo escrivão ou pelo chefe de secretaria..	331
7.3.6. Citação por edital	331
7.4. Efeitos da citação	333
8. Intimação.....	336
8.1. Formas de intimação	337
8.1.1. Intimação por meio eletrônico	337
8.1.2. Intimação pela imprensa	338
8.1.3. Intimação pelo correio	339
8.1.4. Intimação por mandado.....	339
8.1.5. Intimação por edital	340
Capítulo IV – DISTRIBUIÇÃO E REGISTRO.....	340

Livro V

DA TUTELA PROVISÓRIA

Capítulo I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	345
1. Introdução.....	345

2. O tratamento conjunto.....	345
3. Breve evolução dos institutos	346
4. O exame da tutela provisória.....	348
Capítulo II – CONCEITO E CLASSIFICAÇÕES.....	349
1. Conceito	349
2. A tutela provisória e a efetividade do processo	349
3. Classificações	350
3.1. Tutelas provisórias antecipada e cautelar.....	350
3.1.1. Tutela provisória antecipada – a satisfatividade em caráter provisório.....	351
3.1.2. Tutela provisória cautelar – em que consiste?	352
3.2. Tutelas provisórias de urgência e da evidência	353
3.3. Tutelas provisórias de urgência antecedentes e incidentais....	354
3.4. As combinações possíveis entre as diversas classificações...	355
Capítulo III – CARACTERÍSTICAS	355
1. Tutelas provisórias e liminares.....	355
2. Sumariedade da cognição.....	357
3. Provisoriedade	358
4. Revogação, modificação e cessação de eficácia.....	358
5. Tutela provisória antecipada não se confunde com julgamento antecipado do mérito	360
6. Poder geral do juiz para conceder tutelas provisórias	361
6.1. Faz sentido falar em fungibilidade das tutelas provisórias? ...	363
6.2. Faz sentido falar em tutelas nominadas e inominadas?.....	364
7. Tipos de processo em que cabe tutela provisória	365
7.1. Caberia tutela provisória em execução?.....	366
8. Competência.....	367
8.1. A possibilidade de a tutela provisória de urgência ser examinada por juízo incompetente	368

Capítulo IV – TUTELA DE URGÊNCIA.....	369
1. Introdução.....	369
2. Requisitos.....	369
2.1. Requerimento.....	369
2.2. Elementos que evidenciem a probabilidade do direito.....	371
2.3. O perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (<i>periculum in mora</i>).....	372
2.4. A não irreversibilidade dos efeitos da tutela de urgência antecipada.....	373
2.5. Tutelas de urgência e proporcionalidade.....	374
3. Caução.....	375
4. Responsabilidade civil do requerente.....	375
Capítulo V – TUTELA DA EVIDÊNCIA.....	376
1. Introdução.....	376
2. Natureza da tutela da evidência.....	377
3. Cognição sumária e caráter provisório.....	378
4. Requisitos.....	378
4.1. Requerimento.....	378
4.2. Que estejam presentes as hipóteses previstas no art. 311 e seus incisos do CPC.....	379
4.2.1. Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório da parte.....	379
4.2.2. Alegações de fato que podem ser comprovadas do- cumentalmente, havendo tese firmada em julgamen- to de casos repetitivos ou em súmula vinculante..	379
4.2.3. Pedido reipersecutório fundado em prova docu- mental adequada do contrato de depósito.....	380
4.2.4. Petição inicial instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do au- tor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.....	381
4.3. A não irreversibilidade dos efeitos do provimento é requi- sito também da tutela da evidência?.....	381

4.4. A situação da incontrovérsia de um ou mais pedidos ou de parte deles	382
5. Responsabilidade civil nos casos de tutela da evidência	382

Capítulo VI – TUTELAS PROVISÓRIAS ANTECEDENTES E INCIDENTAIS..... 383

1. O momento para a concessão da tutela provisória.....	383
2. As tutelas provisórias incidentais.....	383
2.1. Tutela provisória na fase de sentença?	384
3. A tutela provisória antecedente	385
3.1. Competência	385
3.2. Processo único.....	386
3.3. Tutela de urgência antecedente de natureza antecipada....	386
3.3.1. O deferimento da tutela provisória antecipada antecedente.....	387
3.3.1.1. Citação do réu.....	388
3.3.1.2. A estabilidade da tutela antecipada concedida em caráter antecedente.....	388
3.3.1.3. As providências para rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estável.....	392
3.3.1.4. Finalidade da estabilidade.....	393
3.3.1.5. Dificuldades em relação à estabilidade... ..	393
3.4. Tutela provisória antecedente de natureza cautelar.....	394
3.4.1. Considerações gerais.....	394
3.4.2. Procedimento.....	395
3.4.2.1. A petição inicial.....	395
3.4.2.1.1. A indicação da autoridade judiciária para a qual é dirigida e das partes.....	395
3.4.2.1.2. Lide e seus fundamentos.....	396
3.4.2.1.3. A pretensão e a causa de pedir da pretensão cautelar antecedente	397
3.4.2.1.4. Valor da causa.....	397

3.4.2.2. A liminar	398
3.4.2.3. Citação do réu	398
3.4.2.4. Resposta do réu	399
3.4.2.5. Formulação do pedido principal	399
3.4.2.6. Eficácia da tutela cautelar	400
3.4.2.6.1. Perda de eficácia quando não deduzido o pedido principal no prazo de trinta dias	401
3.4.2.6.2. Perda de eficácia por falta de execução dentro de trinta dias...	402
3.4.2.6.3. Perda de eficácia quando o juiz declara extinto o processo principal, com ou sem resolução de mérito	403
3.4.2.7. Decisão	403
4. O art. 301 do CPC e a enumeração de algumas tutelas cautelares nominadas	403
4.1. O arresto	404
4.2. O sequestro	405
4.3. O arrolamento de bens	406
4.4. O registro do protesto contra a alienação de bens	407

Livro VI

FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO CIVIL

Capítulo I – FORMAÇÃO DO PROCESSO	409
1. Propositura da demanda	409
2. Impulso oficial	412
Capítulo II – SUSPENSÃO DO PROCESSO DE CONHECIMENTO	414

Capítulo III – EXTINÇÃO DO PROCESSO DE CONHECIMENTO	418
1. Introdução	418
2. Extinção do processo sem resolução de mérito.....	419
2.1. Consequências da extinção do processo sem resolução de mérito.....	423
2.2. Extinção do processo e contraditório	425
2.3. A possibilidade de retratação, caso haja apelação	426
3. Da resolução de mérito	426
<i>Bibliografia</i>	431

Marcus Vinicius Rios Gonçalves

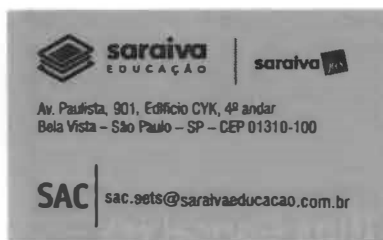
Curso de
**DIREITO
PROCESSUAL
CIVIL**

**PROCESSO DE
CONHECIMENTO E
PROCEDIMENTOS
ESPECIAIS**

20ª edição

2024

saraiva **jur**



Diretoria executiva	Rívia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Penteado
Gerência de conteúdo e aquisições	Thais Cassoli Reato César
Gerência editorial	Livia Céspedes
Novos projetos	Aline Darcy Fêr de Souza Dalila Costa de Oliveira
Edição	Samantha Rangel
Design e produção	Jeferson Costa da Silva (coord.) Rosana Peroni Fazolari Camilla Felix Cianelli Chaves Lais Soriano Tiago Dela Rosa
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emilly Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
Revisão	Denise Pisaneschi
Capa e diagramação	Tiago Dela Rosa
Produção gráfica	Mari Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

OBRA COMPLETA 978-85-536-0762-4
DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VASHER RODOLFO DA SILVA – CIP-8/9418

G635c	Gonçalves, Marcus Vinicius Rios
	Curso de direito processual civil – v. 2 – <i>prática</i> de conhecimento e procedimentos especiais / Marcus Vinicius Rios Gonçalves. – 20. ed. – São Paulo : Saraiva, 2024.
	512 p.
	ISBN 978-85-5362-323-5 (impresso)
	1. Direito. 2. Direito processual civil. 3. Curso de direito processual civil. I. Título.
	CDD 341.46 CDU 347.9
2023-2369	

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Processual Civil	341.46
2. Direito Processual Civil	347.9

Data de fechamento da edição: 12-8-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 15018 CL 688553 CAE 842033

Índice

<i>Nota do Autor</i>	V
Livro VII	
DO PROCESSO E DO PROCEDIMENTO	
Capítulo I – PROCEDIMENTO	1
Capítulo II – PROCEDIMENTO COMUM (FASE POSTULATÓRIA) ..	3
1. Petição inicial	3
1.1. Propositura da demanda	3
1.2. Requisitos da petição inicial	4
1.3. Pedido	11
1.3.1. Pedido genérico	11
1.3.2. Pedido implícito	12
1.3.3. Cumulação de pedidos	13
1.3.4. Requisitos para a cumulação	16
1.4. Indeferimento da inicial	18
1.5. A improcedência liminar (art. 332)	20
1.5.1. Requisitos para a improcedência liminar	21
1.5.2. A improcedência liminar parcial do pedido	23
1.5.3. Apelação da sentença de improcedência liminar...	24
2. Da audiência de conciliação ou mediação	24
3. Contestação	26
3.1. Introdução	26
3.2. Prazo	27
3.3. Conteúdo	28

3.3.1. Preliminares	30
3.3.1.1. Alegação de incompetência absoluta ou relativa	30
3.3.1.2. A preliminar de ilegitimidade de parte e a substituição do réu	31
3.3.2. Defesa substancial ou de mérito	34
3.3.3. Matérias que podem ser alegadas depois da con- testação	35
3.3.4. Indicação de provas e documentos.....	35
4. Reconvenção	37
4.1. Introdução.....	37
4.2. Processos e procedimentos em que cabe a reconvenção ...	38
4.3. Prazo	38
4.4. Requisitos.....	39
4.5. Reconvenção e possibilidade de ampliação dos limites subjettivos da lide.....	42
4.6. Reconvenção da reconvenção	43
4.7. Procedimento	43
4.8. Reconvenção e ações dúplices.....	44
5. Revelia.....	45
5.1. Introdução.....	45
5.2. Efeitos da revelia.....	46
5.3. Presunção de veracidade.....	48
5.4. Exclusões legais da presunção de veracidade	49
5.5. Desnecessidade de intimação do revel	52
5.6. Processo de execução.....	53
Capítulo III – PROCEDIMENTO COMUM (FASE ORDINATÓRIA) ..	54
1. Introdução	54
2. Providências preliminares	54
3. Réplica.....	55
4. Especificação de provas.....	56

5. Regularização.....	57
6. Julgamento conforme o estado do processo.....	58
7. Extinção sem resolução de mérito.....	58
8. Julgamento antecipado do mérito.....	59
9. Julgamento antecipado parcial do mérito.....	60
10. Saneamento e organização do processo.....	64
Capítulo IV – PROCEDIMENTO COMUM (FASE INSTRUTÓRIA)....	66
1. Teoria geral da prova.....	66
2. Classificação da prova.....	67
3. Objeto da prova.....	68
4. Prova de fato negativo.....	70
5. O juiz e a produção da prova.....	70
6. O ônus da prova.....	72
6.1. Distribuição do ônus da prova.....	74
6.2. A distribuição diversa do ônus da prova.....	74
6.3. Inversão convencional.....	75
6.4. Inversão legal – presunção e máximas de experiência.....	75
6.5. Inversão judicial.....	77
6.6. Momento em que se considera a inversão do ônus.....	78
7. Provas ilícitas.....	81
8. Hierarquia das provas.....	83
9. Produção antecipada de provas.....	85
9.1. Tipos de provas que podem ser antecipadas.....	86
9.2. Natureza.....	87
9.3. Competência.....	88
9.4. Procedimento.....	88
10. Fontes e meios de prova.....	90
11. Da prova documental.....	92
11.1. Introdução.....	92
11.2. Conceito de documento.....	92
11.3. Classificação dos documentos.....	93

11.4. Exibição de documento ou coisa	94
11.4.1. Exibição dirigida em face da parte.....	96
11.4.2. Exibição requerida em face de terceiro	98
11.5. Força probante dos documentos.....	99
11.6. Eficácia das reproduções.....	100
11.7. Arguição de falsidade documental	100
11.8. Produção da prova documental	103
12. A ata notarial	105
13. Prova pericial	106
13.1. Introdução.....	106
13.2. Espécies de perícia.....	106
13.3. Admissibilidade da prova pericial.....	107
13.4. O perito.....	108
13.5. Assistentes técnicos	110
13.6. O juiz e seu papel na produção da prova pericial.....	111
13.7. Procedimento da prova pericial	111
13.8. Despesas com perícia.....	115
14. Inspeção judicial.....	116
14.1. Introdução.....	116
14.2. Procedimento	117
15. Prova testemunhal	117
15.1. Introdução.....	117
15.2. Admissibilidade e valor da prova testemunhal	118
15.3. A testemunha	120
15.4. Deveres e direitos das testemunhas.....	123
15.5. Produção da prova testemunhal.....	125
15.5.1. Requerimento da prova.....	125
15.5.2. Prazo.....	126
15.5.3. Substituição das testemunhas.....	126
15.5.4. Número de testemunhas	127
15.5.5. Acareação.....	127
15.5.6. Intimação das testemunhas	128
15.5.7. Inquirição das testemunhas.....	128

16. Depoimento pessoal.....	130
16.1. Introdução.....	130
16.2. Quem pode requerê-lo e prestá-lo	131
16.3. Pena de confissão	132
16.4. Procedimento	133
17. Interrogatório das partes	134
17.1. Introdução.....	134
17.2. Procedimento	134
18. Confissão	135
18.1. Introdução.....	135
18.2. Espécies de confissão.....	136
18.3. Eficácia da confissão.....	136
18.4. Perda de eficácia	138
18.5. Indivisibilidade da confissão	138
19. Audiência de instrução e julgamento.....	139
19.1. Introdução.....	139
19.2. Procedimento da audiência de instrução e julgamento.....	140
19.3. Decisões proferidas em audiência	144
19.4. Termo de audiência	144
19.5. Unidade da audiência.....	145
19.6. Adiamento da audiência	145
Capítulo V – PROCEDIMENTO COMUM (FASE DECISÓRIA) ...	148
1. Sentença	148
1.1. Introdução.....	148
1.2. Espécies de sentenças.....	151
1.3. A preferência pela resolução do mérito quando possível (art. 488).....	151
1.4. Elementos estruturais da sentença	152
1.4.1. Relatório	152
1.4.2. Motivação	153
1.4.3. Dispositivo	157

1.4.4.	A sentença de improcedência liminar	159
1.4.4.1.	Requisitos para a improcedência liminar	160
1.4.4.2.	Apelação contra a sentença de improcedência liminar	162
1.5.	Oportunidades em que pode ser proferida	163
1.6.	Defeitos da sentença	164
1.6.1.	Vícios intrínsecos	165
1.7.	Correção da sentença	168
1.8.	Efeitos da sentença	169
1.8.1.	Tutela declaratória	169
1.8.2.	Tutela constitutiva	170
1.8.3.	Tutela condenatória	171
1.8.4.	Tutela mandamental	173
1.8.5.	Tutelas executivas <i>lato sensu</i>	174
1.9.	Capítulos da sentença	174
2.	Coisa julgada	175
2.1.	Introdução	175
2.2.	Coisa julgada formal	176
2.3.	Coisa julgada material	177
2.4.	Limites objetivos da coisa julgada	178
2.4.1.	Requisitos para que a questão prejudicial seja decidida com força de coisa julgada material	180
2.5.	Limites subjetivos da coisa julgada	182
2.5.1.	Coisa julgada e o sucessor	184
2.5.2.	Coisa julgada e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos	185
2.6.	Decisões sujeitas à coisa julgada material	185
2.7.	Eficácia preclusiva da coisa julgada material	187
2.8.	Relativização da coisa julgada	189
3.	Da ação rescisória	190
3.1.	Introdução	190
3.2.	Requisitos de admissibilidade	191
3.3.	Procedimento da ação rescisória	201
3.4.	Prazo	207

Livro VIII

DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Capítulo I – INTRODUÇÃO.....	211
Capítulo II – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA	213
1. Da ação de consignação em pagamento.....	213
1.1. Introdução.....	213
1.2. Procedimento	216
1.2.1. Consignação fundada na recusa em receber	217
a. Petição inicial	217
b. Contestação.....	225
c. Fase instrutória e decisória	228
1.2.2. Consignação em caso de dúvida quanto à titularidade do crédito	229
1.2.3. Consignação de alugueres	236
2. Da ação de exigir contas.....	239
2.1. Introdução.....	239
2.2. Natureza dúplice	241
2.3. Legitimidade e interesse.....	243
2.4. Procedimento	244
2.4.1. Primeira fase da ação de exigir contas	244
2.4.2. Decisão que encerra a primeira fase na ação de exigir contas.....	246
2.4.3. Segunda fase da ação de exigir contas	248
2.5. Forma pela qual as contas devem ser prestadas.....	249
2.6. Prestação de contas por dependência.....	249
3. Ações possessórias	250
3.1. Introdução.....	250
3.1.1. O problema da posse	250

3.1.2.	Posse e detenção	251
3.1.3.	Posse e propriedade	253
3.1.4.	Natureza jurídica da posse	254
3.1.5.	Classificação da posse	256
3.1.6.	Proteção possessória.....	258
3.1.7.	Ações possessórias e afins.....	260
3.2.	Ações possessórias.....	261
3.3.	Peculiaridades das ações possessórias	262
3.3.1.	Fungibilidade.....	262
3.3.2.	Cumulação de demandas	264
3.3.3.	Natureza dúplice.....	267
3.3.4.	Exceção de domínio.....	269
3.4.	Procedimento das ações possessórias	274
3.4.1.	Procedimento especial e comum	274
3.4.2.	Exigência de caução em caso de liminar.....	275
3.4.3.	Procedimento especial.....	277
a.	Competência	277
b.	Legitimidade ativa e passiva.....	277
c.	Petição inicial	280
d.	Liminar	282
e.	Audiência de justificação	283
f.	A decisão que concede a liminar. Os meios de impugnação. Possibilidade de modificação	285
g.	A resposta do réu.....	286
h.	A sentença e o seu cumprimento	286
i.	Litígio coletivo pela posse de imóvel.....	288
j.	Peculiaridades do interdito proibitório	289
4.	Da ação de divisão e da demarcação de terras particulares	290
4.1.	Introdução.....	290
4.2.	Possibilidade de divisão e demarcação amigáveis	292
4.3.	Natureza dúplice	293
4.4.	Natureza jurídica das ações.....	293

4.5.	As duas fases nas ações de divisão e de demarcação	294
4.6.	Competência	295
4.7.	Legitimidade ativa e passiva	295
4.8.	Cumulação de demandas	296
4.9.	Da ação demarcatória	298
	4.9.1. Petição inicial	298
	4.9.2. Citação dos réus	299
	4.9.3. Contestação	300
	4.9.4. Sentença	300
	4.9.5. Execução material	301
	4.9.6. Sentença homologatória da demarcação	301
4.10.	Ação de divisão	301
	4.10.1. Petição inicial	301
	4.10.2. Citação, resposta e sentença	302
	4.10.3. Execução material da divisão	303
5.	Da ação de dissolução parcial de sociedade	304
	5.1. Introdução	304
	5.2. Procedimento	305
6.	Do inventário e da partilha	307
	6.1. Introdução	307
	6.2. Inventário	308
	6.3. Inventário negativo	309
	6.4. Obrigatoriedade do inventário	310
	6.5. Desnecessidade de inventário	311
	6.6. Inventário e partilha	311
	6.6.1. Partilha amigável e judicial	313
	6.7. Procedimento do inventário	314
	6.7.1. Competência	315
	6.7.2. Prazo para abertura	316
	6.7.3. Valor da causa e custas iniciais	316
	6.7.4. Questões de alta indagação	317
	6.7.5. Abertura do inventário	318

6.7.6.	Administrador provisório e inventariante	319
6.7.7.	Atribuições do inventariante	320
6.7.8.	Remoção e destituição do inventariante	321
6.7.9.	Primeiras declarações	323
6.7.10.	Citações	324
6.7.11.	Impugnações	325
6.7.12.	Avaliações	326
6.7.13.	Últimas declarações.....	326
6.7.14.	Tributos	327
6.7.15.	Colações	329
6.7.16.	Do pagamento das dívidas	330
6.8.	Da partilha	332
6.8.1.	Introdução	332
6.8.2.	Espécies de partilha.....	333
6.8.3.	Procedimento da partilha	333
6.8.4.	Formal de partilha	337
6.8.5.	Sobrepilha	337
6.9.	Inventário conjunto	338
6.10.	Arrolamento	338
6.10.1.	Peculiaridades.....	338
6.11.	Arrolamento sumário.....	339
6.11.1.	Peculiaridades	340
7.	Dos embargos de terceiro.....	342
7.1.	Introdução.....	342
7.2.	Requisitos.....	344
7.2.1.	Requisitos de admissibilidade	344
a.	Ato de apreensão judicial.....	344
b.	Legitimidade.....	345
c.	Prazo.....	346
7.2.2.	Requisitos para o acolhimento dos embargos	347
7.3.	Os embargos de terceiro do credor com garantia real não intimado.....	352

7.4.	Procedimento	353
7.4.1.	Competência	353
7.4.2.	Petição inicial.....	354
7.4.3.	Decisão inicial	355
7.4.4.	Citação.....	356
7.4.5.	Resposta do réu e o restante do procedimento	357
8.	Da oposição	357
8.1.	Introdução.....	357
8.2.	Requisitos.....	358
8.3.	Procedimento	359
8.4.	Processos e procedimentos em que cabe a oposição.....	360
9.	Da habilitação	361
9.1.	Introdução.....	361
9.2.	Procedimento	362
10.	Das ações de família	363
10.1.	Introdução.....	363
10.2.	Cabimento.....	363
10.3.	Procedimento	364
11.	Da ação monitória.....	365
11.1.	Introdução.....	365
11.2.	Natureza da ação monitória	366
11.3.	Requisitos.....	370
11.3.1.	Documento escrito	370
11.3.2.	Documento que não constitui título executivo	373
11.3.3.	Obrigações de pagar, entregar coisa ou de fazer ou não fazer	374
11.3.4.	Devedor capaz	374
11.4.	Procedimento	374
11.4.1.	Petição inicial.....	374
11.4.2.	Decisão inicial	375
11.4.3.	Citação do réu.....	377
11.4.4.	As possíveis atitudes do réu	378

a. Cumprimento do mandado	379
b. Resposta do réu.....	379
c. Omissão do réu	381
11.5. Execução	382
12. Da homologação de penhor legal	384
12.1. Introdução.....	384
12.2. Procedimento...	386
13. Regulação de avaria grossa	388
13.1. Introdução.....	388
13.2. Procedimento	390
14. Da restauração dos autos.....	390
14.1. Introdução.....	390
14.2. Procedimento	391
15. Da arbitragem	392
15.1. Introdução.....	392
15.2. Constitucionalidade da arbitragem	395
15.3. Espécies de arbitragem	397
15.4. Da convenção de arbitragem e seus efeitos.....	398
15.5. Compromisso arbitral	400
15.6. Os árbitros.....	400
15.7. O procedimento arbitral	401
15.8. Sentença arbitral.....	403
16. Juizados especiais cíveis	404
16.1. Introdução.....	404
16.2. Natureza.....	405
16.3. Princípios	406
16.3.1. Princípio da oralidade	407
16.3.2. Princípios da informalidade e da simplicidade	407
16.3.3. Economia processual.....	408
16.3.4. Celeridade.....	408
16.4. Competência	409
16.4.1. Competência em razão do valor da causa	409

16.4.2. Competência em razão da matéria.....	411
16.4.3. Competência em razão das pessoas.....	416
16.4.4. Competência territorial.....	417
16.4.5. Incompetência, conexão e continência.....	418
16.5. Das partes e seus advogados.....	418
16.6. Do juiz, dos conciliadores e dos juízes leigos.....	420
16.7. Procedimento.....	421
16.7.1. Introdução.....	421
16.7.2. Petição inicial.....	422
16.7.3. O regime de custas.....	423
16.7.4. Citações e intimações.....	424
16.7.5. Revelia do réu.....	426
16.7.6. A audiência de conciliação.....	427
16.7.7. Audiência de instrução e julgamento.....	429
a. Resposta do réu.....	430
b. Colheita de provas.....	431
16.7.8. Sentença.....	433
16.7.9. Coisa julgada material.....	435
16.7.10. Recursos.....	435
a. Recurso contra sentença.....	435
b. Agravo de instrumento.....	436
c. Embargos de declaração.....	436
d. Recursos especial e extraordinário.....	437

Capítulo III – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA..... 437

1. Das disposições gerais.....	437
2. Características da jurisdição voluntária.....	439
3. Regras gerais do procedimento.....	441
3.1. Legitimidade.....	441
3.2. Petição inicial e citação.....	441
3.3. Intervenção do Ministério Público.....	442

3.4.	Resposta	442
3.5.	Instrução e sentença	443
3.6.	Recursos	443
3.7.	Pedidos que obedecem a esse procedimento	443
3.7.1.	Emancipação	444
3.7.2.	Sub-rogação	444
3.7.3.	Alienação, arrendamento ou oneração de bens de crianças ou adolescentes, de órfãos e de interditos...	445
3.7.4.	Alienação, locação e administração da coisa comum ..	445
3.7.5.	Alienação judicial de quinhão em coisa comum ...	446
3.7.6.	Extinção de usufruto e de fideicomisso	446
3.7.7.	A expedição de alvará judicial	447
3.7.8.	A homologação de autocomposição extrajudicial, de qualquer natureza ou valor	447
4.	Da notificação e da interpelação	447
4.1.	Introdução	447
4.2.	Procedimento	449
5.	Das alienações judiciais	450
5.1.	Introdução	450
5.2.	Procedimento	451
6.	Do divórcio e da separação consensuais, da extinção consensual da união estável e da alteração do regime de bens do matrimônio ..	451
6.1.	Introdução	451
6.2.	Procedimento	453
6.3.	Alteração do regime de bens do casamento	456
7.	Dos testamentos e codicilos	456
7.1.	Introdução	456
7.2.	Sucessão testamentária	457
7.3.	Da abertura, do registro e do cumprimento	459
7.4.	Confirmação de testamento particular	459
7.5.	Da execução do testamento	460
8.	Da herança jacente	461

8.1. Introdução.....	461
8.2. Procedimento	462
8.3. Herança vacante	463
9. Dos bens dos ausentes	464
9.1. Introdução.....	464
9.2. Procedimento	465
9.2.1. Declaração de ausência e nomeação do curador ...	465
9.2.2. Sucessão provisória	466
9.2.3. Sucessão definitiva	468
10. Das coisas vagas	469
10.1. Introdução.....	469
10.2. Procedimento	469
11. Da interdição	470
11.1. Introdução.....	470
11.2. Procedimento	472
11.2.1. Citação, entrevista do interditando e pericia.....	473
11.2.2. Audiência de instrução, sentença e recursos.....	475
12. Da nomeação e remoção de tutor ou curador.....	477
12.1. Introdução.....	477
12.2. Procedimento da nomeação.....	477
12.3. Procedimento da remoção do tutor ou curador.....	478
13. Da organização e da fiscalização das fundações	478
13.1. Introdução.....	478
13.2. Procedimento da constituição das fundações	479
13.3. Extinção das fundações	480
14. Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemu- nháveis formados a bordo	481
14.1. Introdução.....	481
14.2. Procedimento	481
Bibliografia.....	483